

## Perfil

## Um advogado da Geração Brasília

Ana Maria Campos

O advogado Paulo Maurício Braz Siqueira é conhecido como Poli desde o dia em que nasceu. O apelido, uma tradução, foi dado pela mãe, professora de francês da Aliança Francesa. Aos 45 anos, ele cresceu como típico brasileiro de classe média, que gosta de esportes, estudou em escolas particulares, e é filho de servidores públicos, da geração Brasília, de uma família com quatro filhos, que cresceram brincando nos pilotis dos prédios do Plano Piloto.

Sempre foi muito ligado ao esporte, futebol, handebol e qualquer atividade física. Brincava muito na rua, andava de ônibus, tinha várias turmas de amigos. O espírito de liderança surgiu nos colégios Santo Antônio e no Marista, que frequentou e onde gostava de participar de ginastas e do grêmio estudantil.

Poli conta que mergulhou nos estudos

Arquivo pessoal



Paulo Maurício, o Poli, com sua família

e deixou o esporte de lado quando começou a cursar direito na Universidade Católica, onde se formou em 2002. Em seguida, ele fez pós-graduação no IBET e mestrado na PUC de São Paulo, em

direito tributário. Como brasileiro típico, recebeu conselhos dos pais para prestar concurso público, mas sempre preferiu a advocacia, ao contrário de sua mulher, a procuradora regional da República Ana Paula Mantovani Siqueira, que seguiu a carreira do Ministério Público. Eles têm um casal de gêmeos, hoje adolescentes. A menina, segundo ele, já demonstra talento para o direito.

Nas horas vagas, Poli gosta de uma roda de samba, e de música sertaneja, e às vezes até arrisca soltar a voz. Uma de suas preferidas é *Evidências*, da dupla Chitãozinho e Xororó, que cantou na posse da ministra Daniela Teixeira, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Outra paixão é o Vasco da Gama, herança de quatro gerações da família. A filha, Roberta, ganhou o nome em homenagem a Roberto Dinamite, craque de seu time do coração.

Além de aliado do presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Júnior, no grupo dos laranjas, Poli é seu grande amigo. Os dois atuaram juntos na gestão da seccional.

Hoje candidato a presidente, Poli foi tesoureiro no primeiro mandato de Délio e hoje é secretário-geral da Ordem, licenciado por conta da campanha.

Poli é reconhecido como um advogado bem-sucedido na área empresarial e tributária, com atuação consultiva em contratos e também no contencioso. Passou uma temporada em São Paulo e fez intercâmbio na adolescência no interior dos Estados Unidos, mas já recusou convites para trabalhar em outra cidade porque tem paixão pela capital. “Tudo o que temos em todos os outros lugares temos de melhor em Brasília”, afirma.

Além de advogado, foi professor de graduação e pós-graduação. Está na OAB desde 2008, quando integrou a Comissão de Seleção da seccional. Foi também, entre 2010 e 2012, presidente das Comissões de Direito Tributário e de Ensino Jurídico. Uma de suas propostas é criar um núcleo de assistência para advogados e advogadas superendividados, com assistência psicológica também.

## Visão do Direito



Paulo Maurício Poli

É advogado, secretário-geral da OAB-DF licenciado

## Independência é fundamental para servir a OAB

Em um momento de tamanha polarização no país, há algo que precisa se manter firme e inabalável: as instituições. A independência é essencial para mantê-las de pé. O dia 8 de janeiro foi um marco na história recente, reforçando a necessidade dessa autonomia. A OAB-DF foi fundamental nesse processo, que deixou feridas e aprendizados. A atual gestão da entidade, sob a presidência de Délio Lins e Silva Júnior, é prova da importância da busca por essa virtude institucional.

A OAB foi a primeira entidade a se manifestar repudiando os ataques contra os Poderes e a democracia ocorridos naquele fatídico dia. É um trabalho árduo e contínuo, mas só quem está lá na ponta, trabalhando em favor da advocacia, de suas prerrogativas e da sociedade, entende a importância de instituições fortes e autônomas. Nada disso é possível quando há amarras políticas.

Como alguém que já fez parte da Comissão de Seleção, foi integrante pleno do Conselho Seccional, diretor-tesoureiro e,

atualmente, secretário-geral da OAB-DF, tenho orgulho de testemunhar a autodeterminação da nossa casa em defesa dos direitos dos advogados e advogadas de todas as 14 subseções do DF. Isso representa uma efetiva prestação de serviços à advocacia e, por consequência, a defesa de nossas prerrogativas.

Outro ponto importante para a advocacia é oferecer uma estrutura de trabalho à altura do que os advogados e advogadas do DF merecem. Quando assumimos a atual gestão, em 2019, transformamos as instalações locais em ambientes modernos e seguros. E não estamos falando apenas da sede; valorizamos também as subseções ao longo de duas gestões que priorizaram e otimizaram a utilização dos recursos. Investimos em estrutura física e tecnologia para que advogados e advogadas pudessem atender seus clientes e realizar audiências.

Também temos investido na formação continuada dos advogados, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA) e do Programa de Residência. Criamos a Advocacia

Dativa para garantir a acessibilidade de todos à Justiça e, na prática, oferecer uma oportunidade inigualável para a jovem advocacia dar seus primeiros passos na profissão, sendo remunerada de forma justa.

As inovações têm beneficiado a advocacia em todos os âmbitos. Em 2021, implementamos a eleição on-line e, neste ano, novamente realizaremos o pleito por meio digital. A independência da nossa Ordem é vital para a aprovação de bons projetos junto ao GDF, como é o caso da Advocacia Dativa, mas também para enfrentar possíveis embates. Foi assim em 2021, no auge da pandemia, quando oficiamos o governador para que adquirisse vacinas contra a covid-19. Diversas ações civis públicas foram ajuizadas contra o Governo, como a exigência da criação de um painel de vacinação no DF ou a reivindicação por acessibilidade nas escadas e elevadores da Rodoviária do Plano Piloto.

E faremos ainda mais em favor da advocacia e da sociedade. Criaremos uma Agência de Desenvolvimento da Jovem

Advocacia, bem como um núcleo especializado em superendividamento, para realizar mutirões de conciliação, negociar créditos e produzir conteúdos de educação financeira para advogados e advogadas que enfrentam dificuldades econômicas.

Nada disso seria possível com uma OAB amarrada a interesses político-partidários, envolta em relações que beiram o conflito de interesses. É preciso manter uma distância salutar entre os princípios da instituição e os anseios pessoais de agentes políticos. Para servir à advocacia com eficiência, nada é mais essencial que a independência. O papel da OAB é, antes de tudo, defender a democracia. Esse papel não se cumpre apenas com palavras bonitas ou gestos institucionais. Tudo isso é importante, mas o que realmente se espera da OAB em defesa da democracia é a luta incessante pelo respeito às prerrogativas e aos direitos da advocacia. É isso que está em jogo agora. O resto é apenas discurso de quem confunde o protagonismo da OAB com a politização da entidade.